



**Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região**  
**Analista Judiciário**  
**Área Judiciária**

Nome do Candidato	Nº de Inscrição	Nº do Caderno

Nº do Documento	ASSINATURA DO CANDIDATO

**1º SIMULADO**

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

**Eu sou imparável!**

- Verifique se este caderno:
- corresponde a sua opção de cargo.
- contém 120 questões, numeradas de 1 a 120.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

**VOCÊ DEVE**

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo.
- Ler o que se pede na Prova Discursiva-Estudo de Caso e utilizar, se necessário, os espaços para rascunho.

**ATENÇÃO**

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca texto, régua ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou qualquer outro material.
- Em hipótese algum os rascunhos da Prova Discursiva-Estudo de Caso serão corrigidos.
- Você deverá transcrever sua Prova Discursiva-Estudo de Caso, a tinta, na folha apropriada.
- A duração da prova é de 4 horas para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva-Estudo de Caso (rascunho e transcrição) na folha correspondente.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



## FOLHA DE ROSTO ORIENTATIVA PARA PROVA OBJETIVA

LEIA AS ORIENTAÇÕES COM CALMA E ATENÇÃO!

### INSTRUÇÕES GERAIS

- Atenção ao tempo de duração da prova, que já inclui o preenchimento da folha de respostas.
- Cada uma das questões da prova objetiva está vinculada ao comando que imediatamente a antecede e contém orientação necessária para resposta. Para cada questão, existe apenas UMA resposta válida e de acordo com o gabarito.
- Faltando uma hora para o término do simulado, você receberá um *e-mail* para preencher o cartão-resposta, a fim de avaliar sua posição no *ranking*. Basta clicar no botão vermelho de PREENCHER GABARITO, que estará no *e-mail*, ou acessar a página de *download* da prova. Você deve fazer o cadastro em nossa plataforma para participar do *ranking*. Não se preocupe: o cadastro é grátis e muito simples de ser realizado.
  - **Se a sua prova for estilo Certo ou Errado (CESPE/CEBRASPE):**  
marque o campo designado com o código C, caso julgue o item CERTO; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item ERRADO. Se optar por não responder a uma determinada questão, marque o campo “EM BRANCO”. Lembrando que, neste estilo de banca, uma resposta errada anula uma resposta certa.  
Obs.: Se não houver sinalização quanto à prova ser estilo Cespe/Cebraspe, apesar de ser no estilo CERTO e ERRADO, você não terá questões anuladas no cartão-resposta em caso de respostas erradas.
  - **Se a sua prova for estilo Múltipla Escolha:**  
marque o campo designado com a letra da alternativa escolhida (A, B, C, D ou E). É preciso responder a todas as questões, pois o sistema não permite o envio do cartão com respostas em branco.
- Uma hora após o encerramento do prazo para preencher o cartão-resposta, você receberá um *e-mail* com o gabarito para conferir seus acertos e erros. Caso você seja aluno da Assinatura Ilimitada, você receberá, com o gabarito, a prova completa comentada – uma vantagem exclusiva para assinantes, com acesso apenas pelo *e-mail* e pelo ambiente do aluno.
- Não serão realizadas correções individuais das provas discursivas.

Em caso de solicitação de recurso para alguma questão, envie para o *e-mail*:

[treinodifícil\\_jogofácil@grancursosonline.com.br](mailto:treinodifícil_jogofácil@grancursosonline.com.br).

Nossa ouvidoria terá até dois dias úteis para responder à solicitação.

Desejamos uma excelente prova!



## FICHA TÉCNICA DO MATERIAL

grancursosonline.com.br

**CÓDIGO:**

2501075062M

**TIPO DE MATERIAL:**

Simulado Preparatório

**NUMERAÇÃO:**

1º Simulado

**NOME DO ÓRGÃO:**

Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região  
TRT 15ª Região

**CARGO:**

Analista Judiciário - Área Judiciária

**MODELO/BANCA:**

FCC

**EDITAL:**

Pós-edital

**DATA DE APLICAÇÃO:**

1/2025

**ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO:**

1/2025

*Este material está sujeito a atualizações. O Gran não se responsabiliza por custos de impressão, que deve ser realizada sob responsabilidade exclusiva do aluno.*

## TRT 15ª REGIÃO – 1º SIMULADO – ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA (PÓS-EDITAL)

## CONHECIMENTOS GERAIS

## LÍNGUA PORTUGUESA

Fidelis Almeida

**Atenção:** para responder às questões de números 1 a 3, considere o texto abaixo.

1 De fato, até certo ponto, sempre foi necessário e adequado para o homem, em seu pensamento, dividir e separar as coisas, de modo a reduzir os problemas a proporções controláveis; pois, evidentemente, se em nosso trabalho técnico prático tentássemos lidar com o todo da realidade de uma só vez, ficaríamos atolados. Logo, de certa forma, a criação de matérias especiais de estudo e a divisão do trabalho foram avanços importantes. Mesmo antigamente, a primeira compreensão que o homem teve de que não era idêntico à natureza foi um passo crucial, pois tornou possível uma espécie de autonomia em seu pensamento, que lhe permitiu ir além dos limites imediatos da natureza, a princípio em sua imaginação e, finalmente, em seu trabalho prático.

5 No entanto, essa habilidade do homem em separar a si próprio do ambiente, bem como em dividir e distribuir as coisas, levou em última instância a um largo espectro de resultados negativos e destrutivos, pois ele perdeu a consciência do que estava fazendo e, deste modo, estendeu o processo de divisão além dos limites dentro dos quais este opera adequadamente. Em essência, o processo de divisão é uma maneira conveniente e útil de pensar sobre as coisas, principalmente no domínio das atividades práticas, técnicas e funcionais (por exemplo, dividir um terreno em diferentes campos onde várias safras serão cultivadas).

10 Todavia, quando este modo de pensamento é aplicado de uma forma mais ampla à noção do homem a respeito de si mesmo e a respeito do mundo todo em que vive (isto é, à sua visão de mundo pessoal), então ele deixa de considerar as divisões resultantes como meramente úteis ou convenientes e começa a ver e a experimentar a si próprio, e ao seu mundo, como efetivamente constituídos de fragmentos separadamente existentes. Guiado por uma visão pessoal de mundo fragmentária, o homem então age no sentido de fracionar a si mesmo e ao mundo, de tal sorte que tudo parece corresponder ao seu modo de pensar. Ele, assim, obtém uma prova aparente de que é correta a sua visão de mundo fragmentária, embora, é claro, negligencie o fato de que é ele próprio, agindo de acordo com o seu modo de pensar, a causa da fragmentação que agora parece ter uma existência autônoma, independente da sua vontade e do seu desejo.

*BOHM, David. A totalidade e a ordem implicada: uma nova percepção da realidade. 12. ed. Trad.: Mauro de Campos Silva. São Paulo: Cultrix, 2001. Adaptado.*

1. Segundo o autor,
- (A) a visão fragmentária do mundo, resultante do processo de divisão, apresenta-se como uma consequência inevitável do progresso técnico, sendo independente da ação humana.
  - (B) o processo de divisão, embora útil para atividades práticas, transforma-se em fonte de fragmentação quando aplicado à visão de mundo, gerando uma percepção autônoma dos fragmentos.
  - (C) a autonomia do pensamento humano em relação à natureza foi prejudicada pela aplicação técnica do processo de divisão, gerando uma ruptura irreparável com o ambiente.
  - (D) o processo de divisão é um elemento inerentemente destrutivo, tanto em atividades práticas quanto na formação da visão de mundo do homem.
  - (E) a extensão inadequada do processo de divisão levou o homem a uma dependência de fragmentos criados pelo ambiente, limitando sua capacidade de interação global.
2. *De fato, até certo ponto, sempre foi necessário e adequado para o homem, em seu pensamento, dividir e separar as coisas, de modo a reduzir os problemas a proporções controláveis [...]* (1º parágrafo)

No trecho, a oração destacada estabelece relação de

- (A) causa.
- (B) comparação.
- (C) finalidade.
- (D) conformidade.
- (E) concessão.

3. [...] pois tornou **possível** uma espécie de autonomia em seu pensamento, [...] (1º parágrafo)

No trecho anterior, o termo "possível" exerce a mesma função sintática que aquele destacado em:

- (A) “se em nosso trabalho técnico prático tentássemos lidar **com o todo da realidade** de uma só vez” (1º parágrafo)
- (B) “a criação de matérias especiais de estudo e a divisão **do trabalho** foram avanços importantes” (1º parágrafo)
- (C) “Em essência, **o processo de divisão** é uma maneira conveniente e útil de pensar sobre as coisas” (1º parágrafo)
- (D) “então ele deixa de considerar as divisões resultantes **como meramente úteis ou convenientes**” (2º parágrafo)
- (E) “Guiado por uma visão pessoal de mundo **fragmentária**, o homem então age no sentido de fracionar a si mesmo” (2º parágrafo)

**Atenção:** para responder às questões de números 4 e 5, considere o texto abaixo.

1 Quando falamos de progresso em relação às nossas realizações pessoais ou de qualquer atividade humana organizada, entendemos um avanço em direção a uma meta conhecida. Não é neste sentido que podemos chamar de progresso a evolução social, pois ela não é realizada pela razão humana empenhada em alcançar um fim certo por meios conhecidos. Seria mais correto conceber o progresso como um processo de formação e modificação do intelecto humano, um processo de adaptação e de aprendi-

5 dizado, no qual não somente as possibilidades que conhecemos mas também os nossos valores e desejos mudam continuamente. Como o progresso consiste na descoberta de fatos ainda não conhecidos, suas consequências são necessariamente imprevisíveis. Ele sempre leva ao desconhecido e o máximo que podemos esperar é entender as forças que o tornam possível. Porém, embora uma compreensão geral do caráter desse processo de evolução cumulativa seja indispensável à criação de condições favoráveis a ele, nunca poderemos fazer previsões específicas mediante o conhecimento. É absurda a ideia de que nosso conhecimento nos

10 permite deduzir leis necessárias de evolução às quais deveríamos obedecer. A razão humana não pode predizer nem moldar seu próprio futuro. Suas conquistas consistem em descobrir seus erros.

Mesmo no campo em que é mais deliberada a procura de novos conhecimentos, isto é, na ciência, ninguém pode prever quais serão as consequências de sua investigação. De fato, cada vez mais o homem se dá conta de que até a tentativa de fazer com que a ciência busque conhecimentos úteis – isto é, conhecimentos cujo emprego futuro possa ser previsto – provavelmente constitui um

15 obstáculo ao progresso. O progresso, por sua própria natureza, não pode ser planejado. Seria, talvez, justificável falar em planejar o progresso em um campo determinado no qual pretendemos a solução de um problema específico e já nos encontramos perto de uma resposta, mas chegaríamos logo ao fim de nossos esforços se tivéssemos de nos limitar a lutar por objetivos visíveis em dado momento e se novos problemas não estivessem surgindo sempre. O que nos torna mais sábios é a descoberta do desconhecido.

HAYEK, Friedrich A. *Os fundamentos da liberdade. Supervisão e introdução de Henry Maksoud. Tradução de Anna Maria Capovilla e José Ítalo Stelle. São Paulo: Editora Visão, 1983. Adaptado.*

4. No texto, o autor faz-nos entender que

- (A) a imprevisibilidade do progresso é limitada à ciência, pois, em outras áreas, ele pode ser direcionado por objetivos e metas bem definidos.
- (B) a tentativa de aplicar a razão humana para prever o progresso é viável, desde que se leve em conta a natureza cumulativa da evolução social.
- (C) a característica imprevisível do progresso decorre da necessidade de adaptar os valores humanos às condições de aprendizado previamente estabelecidas.
- (D) o progresso, por sua essência, rejeita qualquer planejamento amplo e depende da criação de condições que favoreçam descobertas contínuas e imprevistas.
- (E) a evolução cumulativa do progresso é determinada pela capacidade da ciência de identificar soluções para problemas visíveis no presente, moldando o futuro.

5. Pode-se substituir o termo “deliberada” (2º parágrafo), sem prejuízo de sentido ao texto, por

- (A) valorizada.
- (B) debatida.
- (C) definida.
- (D) fixada.
- (E) intencional.

6. Considere as frases a seguir:

- I. A empresa pretende expandir as atividades à outras capitais no próximo semestre.
- II. Fiz referência à esta obra clássica em minha apresentação sobre a modernidade.
- III. O escritor gostava de caminhar às escondidas para fugir ao assédio dos jornalistas.
- IV. A sala de reuniões estava à disposição do público durante os intervalos.
- V. Viajei à bela Angola para conhecer um pouco mais de sua cultura literária.

O sinal indicativo de crase foi usado corretamente apenas em:

- (A) I, II e III.
- (B) II, III e V.
- (C) II, IV e V.
- (D) I, III e IV.
- (E) III, IV e V.

7. É integralmente adequada a pontuação da seguinte frase:

- (A) Para alguns, o descanso, só é válido se vier acompanhado de novas aventuras.
- (B) Para este feriado, ele decidiu que iria: descansar, ler e, então, refletir sobre a vida.
- (C) Nada mais justo que, após tanto esforço, todos possam, enfim, desfrutar de um merecido repouso.
- (D) Planejar aposentadoria exige, sim, estratégia mas compensa ao proporcionar descanso e segurança.
- (E) Viajar, descansar, aproveitar o tempo livre e, ao mesmo tempo planejar o futuro: eis a sua escolha.

8. Assinale a alternativa em que a redação da frase observa a norma-padrão de regência verbal.

- (A) Não lembrei das leis de trânsito no momento do exame.
- (B) O cargo que Tobias aspira foi prometido para o próximo ano.
- (C) Estou vendo o vulcão no qual ninguém pode aproximar-se.
- (D) Os argumentos os quais ninguém concorda são verdadeiros.
- (E) Desejava uma árvore sob cujas folhas poderia ler poemas.

### RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

Diego Ribeiro

9. Uma equipe de 8 analistas conclui 48 processos em 6 dias. Se forem adicionados mais 4 analistas à equipe, mantendo o ritmo de trabalho, é correto afirmar que eles concluirão 72 processos em:

- (A) 4 dias.
- (B) 5 dias.
- (C) 6 dias.
- (D) 7 dias.
- (E) 8 dias.

10. Um advogado cobra R\$ 4.500,00 por um serviço e oferece um desconto de 10%. Após o desconto, o cliente decide incluir um adicional de 15% para um serviço extra. Considerados esses dados, é correto afirmar que o valor final pago foi de:

- (A) R\$ 4.725,00
- (B) R\$ 4.657,50
- (C) R\$ 4.750,00
- (D) R\$ 4.800,00
- (E) R\$ 4.950,00

11. Em um escritório, há 20 processos divididos em categorias: Trabalhista, Penal e Cível. Os processos são distribuídos assim:
- 8 processos são Trabalhistas.
  - 7 processos são Penais.
  - 5 processos são Cíveis.
- Se um processo é sorteado e sabe-se que não é cível nem trabalhista, então, a probabilidade de ele não ser arquivado, considerando que 3 dos processos Penais foram arquivados, é de:
- (A) 4/7  
(B) 1/5  
(C) 1/4  
(D) 3/7  
(E) 3/5
12. Cinco advogados (Ana, Bruno, Carla, Daniel e Eduardo) trabalham em cinco cidades diferentes (Campinas, Sorocaba, Jundiaí, Americana e Piracicaba), lidando com processos específicos (Trabalhista, Penal, Cível, Tributário e Empresarial). Cada um ocupa um escritório numerado de 1 a 5.
- 1) Ana não trabalha em Campinas nem no processo Trabalhista.
  - 2) Bruno está no escritório 3 e lida com processos Tributários.
  - 3) Carla trabalha em Jundiaí e lida com processos Penais.
  - 4) Eduardo não trabalha em Sorocaba nem com processos Empresariais.
  - 5) O advogado que trabalha em Piracicaba ocupa o escritório 5 e lida com processos Cíveis.
  - 6) Daniel não está no escritório 1.
  - 7) O advogado do processo Trabalhista ocupa um escritório imediatamente antes do de Eduardo.
- Considerando essas informações, assinale a alternativa que indica corretamente quem trabalha em Piracicaba e o processo com o qual lida.
- (A) Ana – cível  
(B) Daniel – empresarial  
(C) Eduardo – cível  
(D) Ana – tributário  
(E) Daniel – trabalhista
13. Cinco testemunhas (T1, T2, T3, T4 e T5) prestaram depoimentos em horários diferentes. Sabe-se que:
- 1) T3 depôs antes de T1, mas depois de T2;
  - 2) T4 depôs imediatamente após T5;
  - 3) T5 depôs antes de T2.
- Diante dessas informações, pode-se afirmar que a ordem correta das testemunhas é:
- (A) T5, T4, T2, T3, T1.  
(B) T2, T5, T3, T1, T4.  
(C) T5, T2, T3, T1, T4.  
(D) T2, T5, T4, T3, T1.  
(E) T5, T4, T1, T3, T2.
14. Em um gabinete, há 4 pastas azuis, 5 pastas vermelhas e 3 pastas verdes. Duas pastas são retiradas ao acaso, sem reposição. Assinale a alternativa que indica a probabilidade de ambas serem azuis.
- (A) 2/11  
(B) 1/6  
(C) 2/15  
(D) 3/22  
(E) 1/11

15. Um advogado recebeu cinco casos para análise, com os seguintes prazos (em dias) e respectivas prioridades (pesos):

Caso	Prazo (dias)	Peso (prioridade)
A	10	2
B	15	3
C	20	4
D	12	1
E	18	2

Analisando esses dados, é correto afirmar que a média ponderada, aproximada, dos prazos considerando as prioridades é de:

- (A) 15 dias.
- (B) 16 dias.
- (C) 14 dias.
- (D) 17 dias.
- (E) 13 dias.

### NOÇÕES SOBRE DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Rafael de Oliveira

16. De acordo com a Resolução CSJT n. 386/2024, as Comissões Permanentes de Acessibilidade e Inclusão nos Tribunais Regionais do Trabalho devem ser presididas por:
- (A) um servidor com deficiência.
  - (B) um magistrado.
  - (C) um representante da sociedade civil.
  - (D) um especialista em acessibilidade.
  - (E) um servidor da área de gestão de pessoas.
17. A Resolução CSJT n. 386/2024 estabelece que, além da composição básica, as Comissões Permanentes de Acessibilidade e Inclusão devem incluir a participação de:
- (A) pelo menos dois magistrados ou servidores com deficiência.
  - (B) um representante de cada unidade organizacional do tribunal.
  - (C) especialistas externos em acessibilidade.
  - (D) membros da comunidade local.
  - (E) representantes de organizações não governamentais.
18. Segundo a Resolução CSJT n. 386/2024, os Tribunais Regionais do Trabalho que ainda não constituíram suas Comissões Permanentes de Acessibilidade e Inclusão devem fazê-lo no prazo máximo de:
- (A) 15 dias a partir da publicação da resolução.
  - (B) 30 dias a partir da publicação da resolução.
  - (C) 60 dias a partir da publicação da resolução.
  - (D) 90 dias a partir da publicação da resolução.
  - (E) 120 dias a partir da publicação da resolução.

**CÓDIGO DE ÉTICA DOS SERVIDORES DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO****Glauber Marinho**

19. Considerando o Código de Ética dos Servidores do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, assinale a alternativa correta.
- (A) Em respeito à vida privado de agentes públicos e a impossibilidade de interferências da instituição pública no modo de vida particular de servidores não há previsibilidade no Código quanto à necessidade de se harmonizar práticas pessoais com valores institucionais.
  - (B) Consta como direito de servidores do TRT15 a responsabilidade social e ambiental.
  - (C) Consta como um dever de servidores do TRT15 participar das atividades de capacitação e treinamento necessárias ao seu desenvolvimento profissional.
  - (D) Consta como um dever de servidores do TRT15 limpar e organizar o local de trabalho, seguindo os métodos mais adequados à sua organização e distribuição.
  - (E) Qualquer servidor do TRT15, ainda que equiparado, deve se abster da prática de qualquer ato que atente contra a honra e a dignidade de sua função pública.
20. De acordo com o Código de Ética dos Servidores do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, criou-se a Comissão de Ética com o objetivo de implementar e gerir o mencionado Código. Sobre essa comissão, é correto afirmar que é composta por:
- (A) 1 (um) desembargador, que presidirá a Comissão, 1 (um) magistrado de 1º grau, 1 (um) servidor lotado em unidade de 1º grau e 1 (um) servidor lotado em unidade de 2º grau.
  - (B) 1 (um) desembargador, que presidirá a Comissão, 2 (dois) magistrados de 1º grau, 1 (um) servidor lotado em unidade de 1º grau e 1 (um) servidor lotado em unidade de 2º grau.
  - (C) 1 (um) desembargador, que presidirá a Comissão, 3 (três) magistrados de 1º grau, 1 (um) servidor lotado em unidade de 1º grau e 1 (um) servidor lotado em unidade de 2º grau.
  - (D) 1 (um) desembargador, que presidirá a Comissão, 1 (um) magistrado de 1º grau, 3 (três) servidores lotado em unidade de 1º grau e 1 (um) servidor lotado em unidade de 2º grau.
  - (E) 1 (um) desembargador, que presidirá a Comissão, 1 (um) magistrado de 1º grau, 1 (um) servidor lotado em unidade de 1º grau e 3 (três) servidores lotados em unidade de 2º grau.

**REGIMENTO INTERNO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO****Sérgio Gaúcho**

21. Com base no Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, assinale a alternativa correta.
- (A) A maioria absoluta corresponde a 2/3 (dois terços) da presença ou dos votos dos Desembargadores participantes da sessão do colegiado.
  - (B) A maioria qualificada é definida como mais da metade da presença ou dos votos dos Desembargadores que compõem o colegiado, desconsiderando os cargos vagos.
  - (C) A maioria simples exige a totalidade da presença ou dos votos dos Desembargadores do colegiado, sem deduzir os afastamentos legais.
  - (D) A maioria absoluta é definida como mais da metade da presença ou dos votos dos Desembargadores que compõem o colegiado, deduzidos os cargos vagos e os afastamentos legais.
  - (E) A maioria qualificada é alcançada com mais da metade da presença ou dos votos dos Desembargadores participantes da sessão do órgão colegiado, desconsiderando os cargos vagos.
22. No âmbito de um Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, de acordo com as competências indicadas no Regimento Interno, é correto afirmar que:
- (A) o julgamento de *Habeas Corpus* impetrado contra atos praticados por juízes de primeiro grau será de competência do Tribunal Pleno.
  - (B) o julgamento de Mandado de Segurança contra ato de um desembargador integrante do Órgão Especial é de competência do Tribunal Pleno.
  - (C) o julgamento de *Habeas Data* será de competência do Órgão Especial apenas quando tratar de atos administrativos praticados pelo Presidente do Tribunal.
  - (D) a Seção Especializada em Dissídios Coletivos (SDC) é competente para julgar Mandados de Segurança relacionados às matérias de sua competência específica.
  - (E) a Terceira Seção Especializada em Dissídios Individuais (3ª SDI) possui competência para julgar Mandados de Segurança e Habeas Corpus.

**NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA****Rafael Barbosa**

23. O Decreto n. 9.094/2017 estabelece diretrizes para promover a excelência na prestação de serviços públicos, buscando simplificação, racionalização e avaliação contínua dos serviços prestados aos usuários. Sobre essas diretrizes, assinale a alternativa correta.
- (A) O decreto exige que todos os documentos e informações sejam apresentados diretamente pelo usuário, mesmo que já constem em outros órgãos do Poder Executivo.
  - (B) A presunção de boa-fé nos serviços públicos elimina completamente a necessidade de controle e fiscalização por parte dos órgãos governamentais.
  - (C) A racionalização de métodos e procedimentos busca reduzir custos administrativos e eliminar formalidades desnecessárias nos serviços públicos.
  - (D) A aplicação de soluções tecnológicas restringe-se ao atendimento presencial, sem considerar canais digitais de interação com os usuários.
  - (E) O decreto exclui a articulação entre os Estados, Municípios e o Distrito Federal, limitando a integração aos órgãos do Poder Executivo federal.
24. A Estratégia Nacional do Poder Judiciário para o sexênio 2021-2026, instituída pela Resolução do Conselho Nacional de Justiça, define componentes essenciais para orientar os tribunais e os Conselhos de Justiça na busca por excelência e eficiência. Sobre essa Estratégia, assinale a alternativa correta.
- (A) A missão do Poder Judiciário descreve os indicadores de desempenho utilizados para medir a produtividade e a eficiência dos tribunais.
  - (B) Os macrodesafios do Poder Judiciário incluem metas exclusivamente relacionadas à gestão de processos internos, desconsiderando o impacto no atendimento ao cidadão.
  - (C) Os valores da Estratégia Nacional são princípios fundamentais que orientam a conduta ética e profissional no âmbito do Judiciário.
  - (D) A visão do Poder Judiciário está focada apenas no cumprimento de metas operacionais, sem considerar o papel estratégico da Justiça na sociedade.
  - (E) Os indicadores de desempenho são estabelecidos individualmente por cada tribunal, sem relação com os objetivos estratégicos definidos pelo CNJ.
25. A gestão pública busca alcançar resultados que beneficiem a sociedade, utilizando de forma equilibrada os princípios de eficiência, eficácia e efetividade. Sobre esses conceitos, assinale a alternativa correta.
- (A) A eficiência está relacionada ao impacto social das ações públicas, enquanto a eficácia refere-se ao uso racional dos recursos disponíveis.
  - (B) A eficácia na gestão pública avalia se os objetivos definidos foram alcançados, independentemente do uso de recursos ou do impacto gerado.
  - (C) A efetividade na gestão pública diz respeito à execução dos processos administrativos conforme os padrões de qualidade estabelecidos.
  - (D) A eficiência e a eficácia são suficientes para garantir uma gestão pública efetiva, mesmo que o impacto social das ações seja irrelevante.
  - (E) A gestão pública eficiente é aquela que prioriza a redução de custos, mesmo que comprometa a qualidade e os resultados entregues à sociedade.

**NOÇÕES DE INFORMÁTICA****Leonardo Vasconcelos**

26. No contexto da segurança da informação, as ferramentas de proteção têm funções específicas para combater ameaças e vulnerabilidades. Sobre o firewall, assinale a alternativa que descreve corretamente a sua função principal.
- (A) Detectar e remover vírus e malwares de um sistema.
  - (B) Impedir o monitoramento não autorizado das atividades do usuário por meio de spyware.
  - (C) Controlar o tráfego de dados da rede, bloqueando acessos não autorizados ao sistema.
  - (D) Realizar verificações automáticas para identificar vulnerabilidades em arquivos armazenados localmente.
  - (E) Monitorar e analisar e-mails em busca de tentativas de phishing e spam.

27. Com relação às características de pragas virtuais como vírus, worms e trojans, analise as afirmativas abaixo e escolha a alternativa correta.
- (A) Um worm, ao contrário de um vírus, não necessita de um arquivo hospedeiro para se propagar.
  - (B) Um trojan é um tipo de praga que infecta arquivos de inicialização do sistema para garantir sua execução.
  - (C) Vírus e worms possuem o mesmo método de infecção, mas diferem quanto ao impacto causado no sistema.
  - (D) Um worm é incapaz de se propagar por redes, sendo dependente da ação direta do usuário.
  - (E) Vírus e trojans são sinônimos, pois ambos dependem de um arquivo hospedeiro para se propagar.
28. Um candidato deseja encontrar informações sobre processos trabalhistas no sítio do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região (TRT15) e, ao mesmo tempo, excluir qualquer resultado que contenha a palavra “Eleitoral”. Para realizar essa busca de maneira eficiente no Google, ele deve digitar:
- (A) processos trabalhistas site:trt15.jus.br -Eleitoral
  - (B) processos trabalhistas site:trt15.jus.br AND NOT Eleitoral
  - (C) inurl:trt15.jus.br “processos trabalhistas” -Eleitoral
  - (D) processos trabalhistas site:trt15.jus.br OR -Eleitoral
  - (E) processos trabalhistas filetype:pdf trt15.jus.br “Eleitoral”

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

### DIREITO CONSTITUCIONAL

Ricardo Blanco

29. Assinale a opção correta em relação a eficácia das normas constitucionais.
- (A) É livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato. Trata-se de uma norma de eficácia limitada
  - (B) É livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer. Trata-se de uma norma de eficácia plena.
  - (C) O Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor. Trata-se de uma norma constitucional de eficácia limitada de princípio institutivo.
  - (D) A lei disporá sobre a organização administrativa e judiciária dos Territórios. Trata-se de uma norma constitucional de eficácia limitada de princípio programático.
  - (E) A revisão constitucional será realizada após cinco anos, contados da promulgação da Constituição, pelo voto da maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional, em sessão unicameral. Trata-se de uma norma constitucional de eficácia exaurida.
30. Assinale a opção incorreta em relação ao entendimento do STF.
- (A) A proibição ou restrição da atividade de transporte privado individual por motorista cadastrado em aplicativo é inconstitucional, por violação aos princípios da livre iniciativa e da livre concorrência; e no exercício de sua competência para regulamentação e fiscalização do transporte privado individual de passageiros, os Municípios e o Distrito Federal não podem contrariar os parâmetros fixados pelo legislador federal.
  - (B) A fixação de horário de funcionamento de estabelecimento comercial é matéria de competência municipal, considerando improcedentes as alegações de ofensa aos princípios constitucionais da isonomia, da livre iniciativa, da livre concorrência, da liberdade de trabalho, da busca do pleno emprego e da proteção ao consumidor.
  - (C) É inconstitucional a criação, por Constituição estadual, de órgão de controle administrativo do Poder Judiciário do qual participem representantes de outros Poderes ou entidades.
  - (D) Os recursos públicos vinculados ao orçamento de estatais prestadoras de serviço público essencial, em regime não concorrencial e sem intuito lucrativo primário não podem ser bloqueados ou sequestrados por decisão judicial para pagamento de suas dívidas, em virtude do disposto no art. 100 da CF/1988, e dos princípios da legalidade orçamentária (art. 167, VI, da CF/1988), da separação dos poderes (arts. 2º e 60, § 4º, III, da CF/1988) e da eficiência da administração pública (art. 37, *caput*, da CF/1988).
  - (E) Segundo o STF é inconstitucional Art. 43 do regimento interno do STF (RISTF) que prevê (Art. 43. Ocorrendo infração à lei penal na sede ou dependência do Tribunal, o Presidente instaurará inquérito, se envolver autoridade ou pessoa sujeita à sua jurisdição, ou delegará esta atribuição a outro Ministro.) tendo em vista que o julgador não pode atuar como investigador sob ofensa ao princípio da separação dos poderes.

31. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, exceto:
- (A) zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público.
  - (B) cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência.
  - (C) proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos.
  - (D) impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural.
  - (E) manter relações com Estados estrangeiros e participar de organizações internacionais.
32. Aos juízes federais compete processar e julgar, exceto:
- (A) as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho.
  - (B) as causas entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e Município ou pessoa domiciliada ou residente no País.
  - (C) as causas fundadas em tratado ou contrato da União com Estado estrangeiro ou organismo internacional.
  - (D) os crimes políticos e as infrações penais praticadas em detrimento de bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas, excluídas as contravenções e ressalvada a competência da Justiça Militar e da Justiça Eleitoral.
  - (E) processar e julgar, originariamente os juízes federais da área de sua jurisdição, incluídos os da Justiça Militar e da Justiça do Trabalho, nos crimes comuns e de responsabilidade, e os membros do Ministério Público da União, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral.

**DIREITO ADMINISTRATIVO**  
**Rafael de Oliveira**

33. Um dos princípios fundamentais do Direito Administrativo é o princípio da legalidade. No contexto da Administração Pública, esse princípio significa que:
- (A) o administrador público pode praticar qualquer ato que não seja proibido por lei, desde que no interesse público.
  - (B) a Administração Pública somente pode agir nos limites previstos em lei, observando expressamente as normas legais.
  - (C) as ações do administrador público devem atender aos fins previstos em normas constitucionais e infraconstitucionais, mas com ampla margem de discricionariedade.
  - (D) os atos administrativos podem ser praticados de forma discricionária, desde que respeitem os princípios éticos e morais.
  - (E) o administrador público possui liberdade ampla para decidir de acordo com o interesse público, independentemente da previsão legal.
34. O poder de polícia é uma das prerrogativas da Administração Pública. Assinale a alternativa que melhor define o conceito de poder de polícia.
- (A) É a faculdade atribuída à Administração Pública para restringir direitos individuais em benefício exclusivo da moralidade administrativa.
  - (B) É o poder da Administração Pública de limitar ou condicionar o uso e o gozo de bens, atividades e direitos em favor do interesse coletivo ou da segurança pública.
  - (C) É o exercício de autoridade administrativa para penalizar diretamente o particular que descumpra normas legais.
  - (D) É a atribuição exclusiva da polícia judiciária de garantir o cumprimento das normas administrativas.
  - (E) É o poder de criar normas gerais e abstratas para o exercício de atividades econômicas.
35. Sobre os contratos administrativos, é correto afirmar que:
- (A) são regidos integralmente pelo direito privado, ainda que tenham cláusulas de privilégio em favor da Administração Pública.
  - (B) não admitem revisão de cláusulas contratuais, salvo autorização judicial.
  - (C) a Administração Pública pode modificar unilateralmente o contrato, desde que seja para atender ao interesse público e às finalidades contratuais.
  - (D) a duração dos contratos administrativos deve ser sempre de 12 meses, podendo ser prorrogada por igual período mediante justificativa.
  - (E) não há previsão legal para a extinção unilateral de contratos administrativos por parte da Administração.

36. A responsabilidade civil do Estado no Brasil, de acordo com a Constituição Federal de 1988, é:
- (A) objetiva nos casos de atos comissivos e omissivos, exigindo apenas o nexu causal e o dano comprovado.
  - (B) objetiva para atos comissivos, mas depende de culpa ou dolo para atos omissivos.
  - (C) subjetiva em todos os casos, exigindo sempre a comprovação de dolo ou culpa do agente público.
  - (D) subjetiva apenas para danos causados a terceiros por agentes públicos no exercício de funções legislativas ou judiciais.
  - (E) objetiva nos casos de danos causados por atos de particulares, desde que vinculados à execução de serviço público.

## DIREITO DO TRABALHO

María Rafaela

37. Por não se considerar tempo à disposição do empregador, não será computado como período extraordinário o que exceder a jornada normal, ainda que ultrapasse o limite de cinco minutos quando o empregado, por escolha própria, buscar proteção pessoal, em caso de insegurança nas vias públicas ou más condições climáticas, bem como adentrar ou permanecer nas dependências da empresa para exercer atividades particulares, entre outras, exceto:
- (A) troca de roupa ou uniforme, independentemente se houver obrigatoriedade de realizar a troca na empresa.
  - (B) higiene pessoal.
  - (C) práticas religiosas.
  - (D) atividades de relacionamento social.
  - (E) lazer.
38. Poderão ser concedidas férias coletivas a todos os empregados de uma empresa ou de determinados estabelecimentos ou setores da empresa. Sobre as férias, é correto afirmar que poderão ser gozadas em:
- (A) apenas um período anual.
  - (B) 2 (dois) períodos anuais sem condicionamento expresso de número de dias na CLT.
  - (C) 2 (dois) períodos anuais desde que nenhum deles seja inferior a 5 (cinco) dias corridos.
  - (D) 2 (dois) períodos anuais desde que nenhum deles seja inferior a 10 (dez) dias corridos.
  - (E) 3 (três) períodos anuais desde que nenhum deles seja inferior a 10 (dez) dias corridos.
39. Sobre a concessão de férias, como direito indisponível do trabalhador e expresso na CLT, assinale a alternativa correta.
- (A) A concessão das férias será participada, por escrito, ao empregado, com antecedência de, no mínimo, 60 (sessenta) dias. Dessa participação o interessado dará recibo.
  - (B) O empregado estudante, menor de 21 anos, terá direito a fazer coincidir suas férias com as férias escolares.
  - (C) A época da concessão das férias será a que melhor consulte os interesses do empregado.
  - (D) Durante as férias, o empregado não poderá prestar serviços a outro empregador em hipótese alguma.
  - (E) Os membros de uma família, que trabalharem no mesmo estabelecimento ou empresa, terão direito a gozar férias no mesmo período, se assim o desejarem e se disto não resultar prejuízo para o serviço.
40. Em relação aos sócios e o instituto da prescrição que foram assuntos abordados pela Reforma Trabalhista, assinale a alternativa correta.
- (A) O sócio retirante responde subsidiariamente pelas obrigações trabalhistas da sociedade relativa ao período em que figurou como sócio, somente em ações ajuizadas até um ano depois de averbada a modificação do contrato.
  - (B) Os sócios retirantes não possuem responsabilidade principal ou subsidiária em processos trabalhistas.
  - (C) A pretensão quanto a créditos resultantes das relações de trabalho prescreve em cinco anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de cinco anos após a extinção do contrato de trabalho.
  - (D) A interrupção da prescrição somente ocorrerá pelo ajuizamento de reclamação trabalhista, somente em juízo competente, ainda que venha a ser extinta sem resolução do mérito, produzindo efeitos apenas em relação aos pedidos idênticos.
  - (E) Qualquer alteração na estrutura jurídica da empresa não afetará os direitos adquiridos por seus empregados.

41. Os trabalhadores e os empregadores, sem nenhuma distinção e sem autorização prévia, têm o direito de constituir as organizações que estimem convenientes, assim como o de se filiar a estas organizações, com a única condição de observar os estatutos das mesmas. Assim, assinale a alternativa correta sobre a Convenção 87 da OIT.
- (A) Os trabalhadores e os empregadores, mediante autorização prévia, têm o direito de constituir as organizações que estimem convenientes, assim como o de filiar-se a estas organizações, sem a obrigatoriedade de observar os seus estatutos.
  - (B) As organizações de trabalhadores e de empregadores estão sujeitas a dissolução ou suspensão por via administrativa.
  - (C) Não existe previsão de extensão desses direitos às forças armadas.
  - (D) Todo Membro que tiver ratificado esta Convenção poderá denunciá-la à expiração de um período de dez anos, a partir da data em que tiver entrado inicialmente em vigor, mediante ata comunicada, para seu registro, ao Diretor da Repartição Internacional do Trabalho. A denúncia não terá efeito até cinco anos após a data em que tiver sido registrada.
  - (E) As organizações de trabalhadores e de empregadores têm o direito de redigir seus estatutos e regulamentos administrativos, o de eleger livremente seus representantes, o de organizar sua administração e suas atividades e o de formular seu programa de ação.

## DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

Maria Rafaela

42. Acerca do instituto da desconsideração da pessoa jurídica prevista na CLT e utilizada na prática trabalhista, assinale alternativa incorreta.
- (A) Não se aplica o disposto sobre o tema o CPC, haja vista que existe tratamento específico na CLT, com a Reforma Trabalhista.
  - (B) Da decisão interlocutória que acolher ou rejeitar o incidente na fase de cognição, não cabe recurso de imediato,
  - (C) Da decisão interlocutória que acolher ou rejeitar o incidente na fase de execução, cabe agravo de petição, independentemente de garantia do juízo
  - (D) Da decisão interlocutória que acolher ou rejeitar o incidente cabe agravo interno se proferida pelo relator em incidente instaurado originariamente no tribunal.
  - (E) A instauração do incidente suspenderá o processo, sem prejuízo de concessão da tutela de urgência de natureza cautelar.
43. Acerca das regras na CLT que preveem o rito sumaríssimo, assinale a alternativa incorreta.
- (A) Nas reclamações enquadradas no procedimento sumaríssimo: o pedido deverá ser certo ou determinado e indicará o valor correspondente; não se fará citação por edital, incumbindo ao autor a correta indicação do nome e endereço do reclamado; a apreciação da reclamação deverá ocorrer no prazo máximo de dez dias do seu ajuizamento, podendo constar de pauta especial, se necessário, de acordo com o movimento judiciário da Junta de Conciliação e Julgamento.
  - (B) Os dissídios individuais cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário-mínimo vigente na data do ajuizamento da reclamação ficam submetidos ao procedimento sumaríssimo. Estão excluídas do procedimento sumaríssimo as demandas em que é parte a Administração Pública direta, autárquica e fundacional.
  - (C) As partes e advogados comunicarão ao juízo as mudanças de endereço ocorridas no curso do processo, reputando-se eficazes as intimações enviadas ao local anteriormente indicado, na ausência de comunicação. As demandas sujeitas a rito sumaríssimo serão instruídas e julgadas em audiência única, sob a direção de juiz-presidente ou substituto, que poderá ser convocado para atuar simultaneamente com o titular.
  - (D) O juiz dirigirá o processo com liberdade para determinar as provas a serem produzidas, considerado o ônus probatório de cada litigante, podendo limitar ou excluir as que considerar excessivas, impertinentes ou protelatórias, bem como para apreciá-las e dar especial valor às regras de experiência comum ou técnica. Aberta a sessão, o juiz esclarecerá as partes presentes sobre as vantagens da conciliação e usará os meios adequados de persuasão para a solução conciliatória do litígio, em qualquer fase da audiência.
  - (E) Serão decididos, de plano, todos os incidentes e exceções que possam interferir no prosseguimento da audiência e do processo. As demais questões serão decididas na sentença.

44. “Acerca do instituto da liquidação, temos os seguintes regramentos expressos e claros da CLT: sendo ilíquida a sentença exequenda, ordenar-se-á, previamente, a sua liquidação, que poderá ser feita por cálculo, por arbitramento ou por artigos. Na liquidação, não se poderá modificar, ou inovar, a sentença liquidanda nem discutir matéria pertinente à causa principal. A liquidação abrangerá, também, o cálculo das contribuições previdenciárias devidas. As partes deverão ser previamente intimadas para a apresentação do cálculo de liquidação, inclusive da contribuição previdenciária incidente. Assim, Elaborada a conta e tornada líquida, o juízo deverá abrir às partes prazo comum de \_\_\_\_\_ para impugnação fundamentada com a indicação dos itens e valores objeto da discordância, sob pena de preclusão.”

Assinale a alternativa que completa corretamente a lacuna acima.

- (A) cinco dias
- (B) oito dias
- (C) dez dias
- (D) quinze dias
- (E) trinta dias

45. “A execução trabalhista é regida também e, principalmente, pela CLT. Requerida a execução, o juiz ou presidente do tribunal mandará expedir mandado de citação do executado, a fim de que cumpra a decisão ou o acordo no prazo, pelo modo e sob as cominações estabelecidas ou, quando se tratar de pagamento em dinheiro, inclusive de contribuições sociais devidas à União, para que o faça em \_\_\_\_\_ ou garanta a execução, sob pena de penhora.”

Assinale a alternativa que completa corretamente a lacuna acima.

- (A) 24 horas
- (B) 48 horas
- (C) cinco dias
- (D) oito dias.
- (E) dez dias

46. Quanto ao processamento da execução trabalhista, existe previsão específica em relação aos embargos à execução e, diante do exposto na CLT, assinale a alternativa incorreta.

- (A) Garantida a execução ou penhorados os bens, terá o executado 8 (oito) dias para apresentar embargos, cabendo igual prazo ao exequente para impugnação.
- (B) A matéria de defesa será restrita às alegações de cumprimento da decisão ou do acordo, quitação ou prescrição da dívida.
- (C) A exigência da garantia ou penhora não se aplica às entidades filantrópicas e/ou àqueles que compõem ou compuseram a diretoria dessas instituições.
- (D) Somente nos embargos à penhora poderá o executado impugnar a sentença de liquidação, cabendo ao exequente igual direito e no mesmo prazo.
- (E) Se na defesa tiverem sido arroladas testemunhas, poderá o Juiz ou o Presidente do Tribunal, caso julgue necessários seus depoimentos, marcar audiência para a produção das provas, a qual deverá realizar-se dentro de 5 (cinco) dias.

## DIREITO CIVIL

Carlos Elias

47. A Lei X é publicada em 10 de abril de 2024, com um único artigo, estabelecendo uma multa para o caso de inadimplemento de contratos de empréstimo de dinheiro. Diante disso, é correto afirmar que:

- (A) a nova lei, quando entrar em vigor, será aplicada a contratos celebrados por brasileiros no exterior.
- (B) a nova lei só pode revogar outras anteriores se for expressa nesse sentido.
- (C) a lei entrará em vigor 45 dias após a sua republicação, na hipótese de ter ocorrido nova publicação para correção de seu texto.
- (D) a lei entrará em vigor em 20 de abril de 2024.
- (E) a lei entrará em vigor na data de sua publicação.

48. O prazo decadencial para anular a constituição de pessoas jurídicas de direito privado por defeito no ato respectivo é de:

- (A) 3 anos, contados da publicação da inscrição no registro.
- (B) 2 anos, contados do dia em que se tiver ciência do defeito.
- (C) 5 anos, contados do dia em que se tiver ciência do defeito.
- (D) 3 anos, contados da publicação da inscrição no registro.
- (E) ilimitado, pois a anulação pode ser pleiteada a qualquer momento.

49. Artur, Bruno, Carlos e Patrícia são credores solidários de Rafael, que deve a eles o montante de R\$ 800.000,00.
- Considerando a situação narrada, é correto afirmar que
- (A) somente os quatro credores em conjunto podem exigir do devedor a dívida por inteiro.
  - (B) Artur só pode demandar de Rafael o montante de R\$ 200.000,00, que corresponde a sua quota parte.
  - (C) se algum dos credores solidários falecer deixando herdeiros, cada um destes só terá direito a exigir e receber a quota do crédito que corresponder ao seu quinhão hereditário, salvo se a obrigação for indivisível.
  - (D) caso a obrigação se converta em perdas e danos, a solidariedade ficará extinta.
  - (E) a solidariedade não precisa estar expressa no contrato nem na lei, pois ela pode ser presumida das circunstâncias do caso concreto.
50. O prazo para o adquirente obter a resolução do contrato ou o abatimento de preço nos casos de a coisa adquirida ter vindo com um vício oculto que lhe diminui o valor é de:
- (A) 30 dias, se a coisa for móvel, e um ano, se for imóvel, contados da alienação, ainda que já estivesse na posse do bem.
  - (B) 45 dias se a coisa for móvel, e 2 anos, se for imóvel, contados da data da entrega efetiva.
  - (C) 30 dias se a coisa for móvel, e um ano, se for imóvel, contados da data da entrega efetiva.
  - (D) 30 dias se a coisa for móvel, e um ano, se for imóvel, contados da data em que se tomar ciência do vício.
  - (E) 10 anos, independentemente de o bem ser móvel ou imóvel.
51. Não é objeto de registro na matrícula do imóvel no Cartório de Imóveis:
- (A) sentenças declaratórias de usucapião.
  - (B) rendas constituídas sobre imóveis ou a eles vinculadas por disposição de última vontade.
  - (C) incorporação imobiliária.
  - (D) loteamento urbano.
  - (E) convenção de condomínio edifício.

**DIREITO PROCESSUAL CIVIL**  
**Marcelo Macintyre**

52. Sobre o tema penhora, marque a alternativa correta.
- (A) O imóvel residencial próprio do casal, ou da entidade familiar, é impenhorável, abrangendo inclusive os veículos de transporte, obras de arte e adornos suntuosos que guarnecerem a residência.
  - (B) O objetivo da execução por quantia certa é expropriar bens do devedor a fim de satisfazer o direito do credor, respondendo o executado com seu patrimônio, presente ou futuro, para cumprimento das obrigações. Nesse contexto, achando-se a dívida já com seu valor líquido e certo, será expedido o mandado executivo, denominado mandado de citação, penhora e avaliação, a ser cumprido pelo oficial de justiça.
  - (C) O conceito de impenhorabilidade de bem de família não abrange o imóvel ocupado por pessoa solteira e sem filhos, pois nesse caso não está configurada a família.
  - (D) Na execução trabalhista os bens do executado que forem penhorados poderão ser vendidos em leilão observado o prazo de cinco dias após a realização da avaliação.
  - (E) Foi adotado pelo ordenamento jurídico brasileiro o princípio da responsabilidade patrimonial ilimitada, ficando autorizada a penhora de quaisquer bens do executado.
53. Com base na organização judiciária, marque a alternativa correta.
- (A) O juiz de paz deve ser escolhido entre os aprovados em concurso público para juiz substituto.
  - (B) É de competência do Conselho Superior da Magistratura processar e julgar os conflitos de competência entre juízes de primeiro grau e autoridades administrativas.
  - (C) Os juízes de paz, assim como os Conselhos Municipais de Conciliação, não são considerados órgãos do Poder Judiciário.
  - (D) Por determinação legal, o candidato aprovado em concurso público para Juiz de Direito inicia suas atividades jurisdicionais como Juiz de Direito Substituto. Cabe ao juiz substituto: substituir o Juiz Titular por designação deste.
  - (E) No que diz respeito às garantias e às atividades desenvolvidas pelos Juízes de Direito Adjuntos, é correto afirmar que são numerados ordinalmente e têm as mesmas garantias dos magistrados.

54. Com base nas tutelas de urgência, marque a opção correta.
- (A) A tutela provisória de urgência pode ter caráter satisfativo ou cautelar, já a tutela provisória de evidência é de caráter satisfativo/antecipado.
  - (B) A tutela provisória de urgência, salvo se cautelar, pode ser concedida em caráter antecedente ou incidental.
  - (C) A tutela provisória conserva sua eficácia na pendência do processo, mas não pode, a qualquer tempo, ser revogada ou modificada.
  - (D) A tutela de urgência será concedida, independentemente da demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo, quando as alegações de fato puderem ser comprovadas apenas documental e houver tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em súmula vinculante.
  - (E) É defeso ao juiz, para concessão da tutela de urgência, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer.
55. Sobre as tutelas de urgência, marque a opção correta.
- (A) A tutela provisória pode fundamentar-se em urgência ou evidência.
  - (B) A tutela de urgência somente pode ser concedida após justificção prévia.
  - (C) A tutela provisória de urgência antecipada, quando concedida em sentença, não funda-se em cognição exauriente.
  - (D) Os pedidos liminares relacionam-se com a tutela provisória de urgência cautelar, assecuratória, não com a antecipada, satisfativa.
  - (E) Poderá ser proferida decisão contra uma das partes sem que ela seja previamente ouvida nos casos de tutela provisória de urgência.
56. Com base nos pressupostos processuais, marque a opção correta.
- (A) De acordo com o entendimento da doutrina majoritária, a inexistência de capacidade postulatória representa a ausência de um pressuposto processual subjetivo, de validade.
  - (B) O desenvolvimento teórico da categoria “pressupostos processuais” deve-se a Hans Kelsen e tem origem na identificação do processo como conjunto de relações jurídicas distintas daquela que constitui o seu objeto.
  - (C) Na relação jurídica, são pressupostos processuais de validade do processo, a demanda, jurisdição e citação.
  - (D) O CPC adota a teoria da asserção, segundo a qual as condições da ação devem ser aferidas no momento da sentença, por serem matérias de mérito.
  - (E) A investidura não é um pressuposto processual de existência subjetivo.

**DIREITO PREVIDENCIÁRIO**  
**Fernando Maciel**

57. De acordo com a Constituição Federal de 1988 e a legislação vigente sobre o custeio da Seguridade Social, assinale a alternativa correta.
- (A) As contribuições sociais destinadas ao financiamento da Seguridade Social podem ter suas alíquotas e base de cálculo majoradas por meio de decreto presidencial, desde que observados os princípios da legalidade e da anterioridade tributária.
  - (B) As receitas obtidas por meio de concursos de prognósticos não são consideradas como fontes de financiamento da Seguridade Social.
  - (C) As contribuições sociais dos empregadores incidentes sobre a folha de salários, receita ou faturamento e lucro são fontes principais de custeio da Seguridade Social, vedada sua cumulatividade.
  - (D) As entidades beneficentes de assistência social, que atendem aos requisitos legais, são isentas de contribuir para a Seguridade Social sobre as remunerações pagas aos empregados, sem necessidade de qualquer certificação específica.
  - (E) A Seguridade Social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além de outras fontes previstas constitucionalmente.

58. Assinale a alternativa correta sobre os benefícios previdenciários do RGPS, bem como assistenciais previstos na Lei n. 8.742/1993.
- (A) A pensão por morte é devida exclusivamente aos dependentes que eram economicamente dependentes do segurado falecido, conforme apuração realizada pelo INSS.
  - (B) O auxílio-reclusão é destinado aos dependentes de segurados de baixa renda, sendo irrelevante se o segurado está em gozo de outro benefício previdenciário no momento da reclusão.
  - (C) O salário-maternidade é um benefício exclusivo da segurada empregada, sendo vedado ao segurado do sexo masculino, independentemente da situação familiar.
  - (D) A aposentadoria por incapacidade permanente pode ser revisada a qualquer tempo pela perícia médica federal, com possibilidade de cessação caso constatada a recuperação da capacidade laboral.
  - (E) O benefício assistencial de prestação continuada (BPC-LOAS) é concedido no âmbito do RGPS, sendo devido ao idoso ou à pessoa com deficiência que comprove não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família.
59. Sobre o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), previsto na Constituição Federal e em normas complementares, assinale a alternativa correta.
- (A) Os regimes próprios de previdência social são obrigatórios para todos os entes federativos, devendo ser instituídos pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.
  - (B) É permitido ao ente federativo instituir mais de um regime próprio de previdência social, desde que destinado a categorias específicas de servidores públicos efetivos.
  - (C) No âmbito do RPPS, a aposentadoria por incapacidade permanente pode ser concedida ao servidor público efetivo que ficar impossibilitado de exercer qualquer atividade laboral, desde que cumprida a carência de 12 contribuições mensais.
  - (D) Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios não poderão estabelecer alíquota inferior à da contribuição dos servidores da União.
  - (E) O agente público ocupante de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração não está vinculado ao Regime Próprio de Previdência Social.
60. Acerca do regime de previdência complementar dos servidores públicos, previsto na Constituição Federal e em normas específicas, assinale a alternativa correta:
- (A) O regime de previdência complementar dos servidores públicos pode ser instituído por qualquer ente federativo, mas sua adesão é obrigatória para todos os servidores públicos efetivos, independentemente da data de ingresso no serviço público.
  - (B) Os recursos dos planos de benefícios administrados pelas entidades de previdência complementar podem ser utilizados livremente pelo ente federativo para cobertura de despesas públicas, desde que respeitadas as normas de gestão fiscal.
  - (C) A instituição de regime de previdência complementar para servidores públicos exige a criação de uma entidade fechada de previdência complementar exclusivamente para esse fim.
  - (D) No regime de previdência complementar, as contribuições do servidor e do ente público patrocinador são destinadas a contas individuais, garantindo uma relação direta entre a contribuição e o benefício futuro.
  - (E) A instituição de previdência complementar para os servidores públicos federais é facultativa para os entes federativos e, caso instituída, poderá ser gerida exclusivamente por entidade de previdência aberta.

**REDAÇÃO – DISCURSIVA**

Fidelis Almeida

**Instruções Gerais:**

**Conforme Edital publicado, Capítulo 12:** itens [...] 12.3 Na **Prova de Redação**, o candidato deverá desenvolver um texto dissertativo a partir de uma única proposta, sobre assunto de interesse geral. 12.4 Na **Prova de Redação**, considerando-se que o texto constitui uma unidade, os itens discriminados a seguir serão avaliados em estreita correlação: 12.4.1 **Conteúdo – até 4 (quatro) pontos:** a) perspectiva adotada no tratamento do tema; b) capacidade de análise e senso crítico em relação ao tema proposto; c) consistência dos argumentos, clareza e coerência no seu encadeamento. 12.4.1.1 A nota será prejudicada, proporcionalmente, caso ocorra abordagem tangencial, parcial ou diluída em meio a divagações e/ou colagem de textos e de questões apresentados na prova. 12.4.2 **Estrutura – até 3 (três) pontos:** a) respeito ao gênero solicitado; b) progressão textual e encadeamento de ideias; c) articulação de frases e parágrafos (coesão textual). 12.4.3 **Expressão – até 3 (três) pontos:** a) desempenho linguístico de acordo com o nível de conhecimento exigido para o Cargo/Área/Especialidade; b) adequação do nível de linguagem adotado à produção proposta e coerência no uso; c) domínio da norma culta formal, com atenção aos seguintes itens: estrutura sintática de orações e períodos, elementos coesivos; concordância verbal e nominal; pontuação; regência verbal e nominal; emprego de pronomes; flexão verbal e nominal; uso de tempos e modos verbais; grafia e acentuação. 12.4.3.1 A Avaliação da expressão não será feita de modo estanque ou mecânico, mas sim de acordo com sua estreita correlação com o conteúdo desenvolvido. 12.5 Na aferição do critério de correção gramatical, por ocasião da avaliação do desempenho na Prova de Redação a que se refere este Capítulo, deverão os candidatos valer-se das normas ortográficas em vigor, implementadas pelo Decreto Presidencial n. 6.583, de 29 de setembro de 2008, e alterado pelo Decreto n. 7.875, de 27 de dezembro de 2012, que estabeleceu o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. 12.6 Será atribuída nota **ZERO** à Redação que: a) fugir à modalidade de texto solicitada e/ou ao tema proposto; b) apresentar textos sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos) ou qualquer fragmento de texto escrito fora do local apropriado; c) for assinada fora do local apropriado; d) apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato; e) estiver em branco; f) apresentar letra ilegível e/ou incompreensível. 12.7 Na Prova de Redação, a folha para rascunho no Caderno de Provas é de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção da Prova de Redação pela Banca Examinadora. 12.8 Na Prova de Redação, deverão ser rigorosamente observados os **limites mínimo de 20 (vinte) linhas e máximo de 30 (trinta) linhas**, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à Redação. [...]

**I**

A falta de autoestima é um problema recorrente entre as mulheres. Em um estudo conduzido pela Dove em âmbito global, 54% das entrevistadas concordaram que elas mesmas são as que mais se criticam. Além disso, apenas 4% delas se consideravam bonitas no momento da pesquisa.

Em uma pesquisa feita pela IstoÉ com 710 mulheres de 18 a 55 anos, os resultados foram similares: 36% das entrevistadas revelaram ter a autoestima baixa, seguidas por 53% com a autoestima “mais ou menos” e apenas 11% que a consideraram alta. Quando questionadas, em uma questão de múltipla escolha, sobre o que seria autoestima, “me sentir bonita” foi a resposta mais comum entre as participantes, com 77,8%.

A pesquisa também mostrou que a internet contribui para aumentar a autocomparação e diminuir a autoconfiança das mulheres: 8,4% das entrevistadas responderam que navegar nas redes sociais afeta sua autoestima. Isso porque os algoritmos de redes sociais tendem a exibir conteúdos cada vez mais específicos conforme as preferências de cada usuário, o que é contextualizado pela psicóloga: “Nós criamos e sustentamos padrões extremamente irrealistas, e as redes sociais te jogam tudo aquilo que você quer ver. Em um momento, você está cercada pelo que gostaria que fosse a realidade, e acaba esquecendo que existem pessoas reais.”

MIZUNO, Beatriz. Revista Época. Disponível em: <<https://istoe.com.br/>>. Acesso em: 30 dez. 2024. Adaptado.

**II**

De forma geral, emoções como raiva, inadequação, tristeza e humor depressivo (ou até mesmo a depressão) podem se tornar mais frequentes à medida que as mídias sociais são priorizadas. Na vida diária, pode-se encontrar essas emoções ao interagir com colegas, amigos ou parentes. Logo, a mente não consegue descansar e se desligar da negatividade. O uso abusivo das redes pode amplificar as emoções de uma forma negativa, as quais podem afetar o bem-estar emocional e assim agravar sintomas, como a depressão, estresse e ansiedade.

SANTOS, Tânia Cristina Alves dos; RODRIGUES, Karen Lúcia Abreu. IMPACTOS DAS REDES SOCIAIS EM RELAÇÃO À AUTOESTIMA E AUTOIMAGEM. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, [S. l.], v. 9, n. 3, p. 851–862, 2023. DOI: 10.51891/rease.v9i3.8724. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/8724>. Acesso em: 30 dez. 2024. Adaptado.

**III**

“As redes sociais deram o direito à palavra a legiões de imbecis que, antes, só falavam nos bares, após um copo de vinho e não causavam nenhum mal para a coletividade. Nós os fazíamos calar imediatamente, enquanto hoje eles têm o mesmo direito de palavra do que um prêmio Nobel. É a invasão dos imbecis.” (Umberto Eco)

Baseando-se nos textos, redija um texto dissertativo-argumentativo, entre 20 e 30 linhas, acerca do seguinte tema:

**A INFLUÊNCIA DAS REDES SOCIAIS NA FORMAÇÃO DA AUTOIMAGEM**

**RASCUNHO**

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	



Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região  
Analista Judiciário – Área Judiciária

Gabarito

<b>Número do Caderno</b> 000000000	<b>Cargo ou Opção</b> Analista Judiciário – Área Judiciária
---------------------------------------	--

Objetiva Seletiva

001 -	011 -	021 -	031 -	041 -	051 -
002 -	012 -	022 -	032 -	042 -	052 -
003 -	013 -	023 -	033 -	043 -	053 -
004 -	014 -	024 -	034 -	044 -	054 -
005 -	015 -	025 -	035 -	045 -	055 -
006 -	016 -	026 -	036 -	046 -	056 -
007 -	017 -	027 -	037 -	047 -	057 -
008 -	018 -	028 -	038 -	048 -	058 -
009 -	019 -	029 -	039 -	049 -	059 -
010 -	020 -	030 -	040 -	050 -	060 -

# GRAN

Resolva sua vida financeira  
**PARA SEMPRE** com a

# ASSINATURA ILIMITADA



**Confira nossas 5 novidades imperdíveis**

### **Guia do Aprovado:**

uma rotina semanal de estudos personalizada com foco em pontos essenciais como cobrança, jurisprudência e o perfil da banca. Inclui cronogramas detalhados para questões, simulados e revisões, além de acesso a mentores e materiais exclusivos.

### **Gran Comunidade:**

espaço para criar grupos de estudo, trocar experiências, discutir conteúdos e acessar grupos integrados às salas de aula, tornando o aprendizado colaborativo e dinâmico.

### **Tutor 24h:**

agora, a assistente complementa o trabalho dos professores com respostas instantâneas e mais de 11 mil perguntas validadas, agilizando sua revisão e aprofundamento.

### **Banco de Discursivas Exclusivas:**

questões inéditas e de provas anteriores com busca inteligente para te preparar para a etapa mais desafiadora dos concursos.

### **Vade Mecum Facilitado:**

organiza leis e materiais de forma otimizada para consultas rápidas e eficientes.

